



PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PÚBLICA DAS MULHERES BRASILEIRAS: UM OLHAR SOBRE AS ENUNCIÇÕES JORNALÍSTICAS DE 1979 A 1988

POLITICAL AND PUBLIC PARTICIPATION OF BRAZILIAN WOMEN: A LOOK INTO JOURNALISTIC EXCERPTS BETWEEN 1979 AND 1988

Cynthia Mara MIRANDA¹

Resumo

A partir do pressuposto de que a crise política desencadeada pelo regime militar brasileiro abriu espaço para que o mal-estar sentido pelas mulheres fosse expresso publicamente, este artigo procurou fazer uma reflexão sobre a mobilização das mulheres brasileiras entre o final da década de 70 e a promulgação da Constituição de 1988. A base informativa do artigo é constituída por enunciados selecionados de notícias publicadas no *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*, e processados no programa SPSS® para Windows (versão 13.0). Com base na análise desses fragmentos de notícias, foi possível verificar que a participação das mulheres nos espaços políticos, como no resto dos espaços públicos, cresceu consideravelmente ao longo do período estudado.

Palavras-chave: fragmentos de notícias, movimentos sociais clássicos, novos movimentos sociais, movimento feminista.

Abstract

This paper is based on the premise that the political crisis brought about by the Brazilian military regime allowed for the public expression of women's unease. It sought to reflect upon the mobilization of Brazilian women within the period ranging from the end of the 1970s up to 1988, when Brazil's new constitution was finally promulgated. The informative basis used in this article is composed of selected passages from news articles published in three major Brazilian dailies, namely *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil* and *O Estado de São Paulo*. All data was processed with SPSS® for Windows (version 13.0). The analysis of these news fragments revealed that women's participation in political spaces, as well as in other public spaces, increased considerably during the course of the period in question.

Palavras-chave: fragment of notice, social movements, new social movements, feminist movement.

*“Não se nasce mulher: torna-se”
Simone de Beauvoir*

O presente artigo faz uma reflexão sobre a mobilização das mulheres brasileiras entre o final da década de 70 e a promulgação da Constituição de 1988, quando a sociedade se organizava contra o regime militar, instaurando um amplo espaço de crítica para denunciar os abusos e as torturas cometidas pelo regime no país. Esse extenso espaço de crítica proporcionou às mulheres a oportunidade de levarem para a esfera pública questões relativas às desigualdades de gênero e ao lugar que ocupavam na sociedade. A mobilização aqui examinada refere-se, então, à emergência e crescimento dos movimentos de mulheres.

A base de dados examinada no artigo para mostrar essa mobilização é composta por fragmentos de notícias publicadas no período de 1979 até 1988 nos jornais: *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*. Por “fragmentos”, entendem-se os parágrafos selecionados do texto inteiro da notícia, que também são chamados de “enunciados”. Dessa maneira, não são analisadas as notícias inteiras, mas os

¹ Jornalista pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, mestra em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília - UnB e doutoranda em Ciências Sociais pela UnB. CEP. 70.904-108 - Brasília/DF – Brasil. cynthia.journalist@gmail.com

fragmentos nelas presentes e que dizem respeito à mobilização das mulheres na esfera pública.

Com o propósito de detectar - na imensa quantidade de enunciados que as notícias contêm - os fragmentos que revelam a ação das mulheres na esfera pública, essas temáticas foram pensadas em conformidade com o conceito de *ação* de Arendt (1993). Ação, afirma a autora, é a condição de toda vida política, posto que torna o sujeito visível na sua diferença e gera reconhecimento de suas especificidades dentro da pluralidade social. A ação é o meio pelo qual o indivíduo comanda sua própria vida, pressupondo sua participação política no espaço social em que labora e trabalha.

Desse modo, a coleta de dados não levou em consideração todo fragmento referente a qualquer mulher ou a todas as mulheres, senão aqueles que revelam novas formas de inserção social das mulheres na sociedade e, principalmente, enunciações referentes à organização política das mulheres por si e para si.

O período escolhido permite o exame da relação entre o aparecimento dos movimentos de mulheres e a crise social desencadeada pelo regime militar no Brasil, possibilitando a observação de continuidades e mudanças ocorridas no posicionamento das mulheres enquanto sujeitos subalternos que se insurgem nos espaços públicos. O período analisado foi dividido em dois momentos, o primeiro é marcado pelos conflitos causados durante a ditadura no país, de 1979 a 1983. O segundo foi referenciado pela queda do regime militar, resultando na redemocratização, de 1984 a 1988.

Foram examinadas 699 notícias que passaram por uma análise de conteúdo, a fim de selecionar o trecho em que o sentido emitido pela notícia aparece com maior clareza e a distingue do seu *corpus* empírico inteiro. Desse modo, a amostra da investigação compreende um fragmento por notícia, no total de 699 fragmentos analisados.² O artigo não pretende, portanto, examinar as notícias na íntegra, mas enfatizar as idéias centrais dos fragmentos de notícias captados nos dizeres das mulheres e sobre as mulheres.

A pesquisa que apresento a seguir é fruto do meu interesse pelas reivindicações específicas das mulheres enquanto mulheres. Esse interesse vem de longa data, estimulado por experiências que me permitiram atentar para o fato de mulheres e homens não serem apenas diferentes, mas também desiguais. Meu olhar sobre a esfera privada, no espaço doméstico, visualizando as relações de poder e de dominação estabelecidas pelo pertencimento a uma categoria sexual, gerava muitas indignações e indagações que incitavam-me a participar eventualmente de grupos e instituições ligados ao movimento feminista.

Considerações Conceituais e de Procedimento

A partir do campo da história, Michel Foucault (1972, 1999) demonstra de maneira conclusiva que os discursos têm o poder de construir a sociedade. A partir da linguística, Austin (1962) afirmou que se tornam verdadeiros eventos, produzindo efeitos práticos. Na mesma direção, Bourdieu (1990) concebe o mundo social como um lugar de lutas a propósito de palavras, cuja gravidade deve-se ao fato de outorgarem significado às coisas, em razão do que, mudar as palavras implica mudar as próprias coisas.

Pelas razões acima expostas, entendo que os fragmentos de notícias usados neste artigo são fatos integrantes da sociedade brasileira no período estudado e que, embora sejam fatos que divergem da realidade

² Desse conjunto, constam 4 entrevistas, 14 artigos e 1 carta do leitor, que também foram incluídos. Apesar de não serem propriamente notícias, os mesmos trazem em seu conteúdo enunciações de mulheres e sobre as mulheres, o que justifica sua inclusão.

vivida pelos movimentos sociais da época, a ela estão necessariamente ligados, já que devem carregar sentidos compreensíveis para os receptores. Desse modo, os fragmentos de notícias oferecem informações adequadas para examinar a mudança da atuação pública das mulheres nesse período. Levando em conta que a narrativa jornalística é um dos campos discursivos sobre a sociedade ou, pelo menos, expressa os diversos campos discursivos, suas enunciações dizem respeito à inserção das mulheres na sociedade.

O caráter de subjetividade atribuído à notícia não compromete sua relação com o acontecimento que narra, já que a difusão por meios jornalísticos exige narrativas com sentido compreensível, conforme lugar, circunstâncias e momento histórico em que se dão. O jornalista precisa falar dos acontecimentos utilizando uma abordagem que faça sentido ao receptor.

Quanto aos procedimentos metodológicos empregados, é importante ressaltar que o estabelecimento das unidades de classificação e interpretação dos enunciados obedeceu à combinação de critérios conceituais e empíricos. Por um lado, foram incluídas categorias conceituais referentes aos movimentos sociais que permitiram examinar as diferenças do movimento quanto à sua forma de organização. Por outro lado, buscou-se, por meio da empiria, identificar os temas, revelados nos próprios enunciados, que possibilitaram mostrar a ação das mulheres na esfera pública. A partir desse procedimento, foram estabelecidas sete unidades de classificação dos enunciados:

Feminismo e Feministas: abarca todos os enunciados que tratam diretamente das ações do movimento feminista em âmbito local, nacional ou internacional, além das ações autônomas de feministas e do feminismo em geral. Os fragmentos enquadrados nesse tema apresentaram a palavra “feminismo” ou a palavra “feminista”, como destacado no exemplo abaixo:

A exemplo dos movimentos *feministas* organizados juridicamente no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, foi criado na Capital da República, no último mês de setembro, o Brasília-Mulher, com o objetivo de mobilizar as mulheres das diversas camadas sociais, para conscientizá-las da necessidade de se integrarem na luta em busca do seu legítimo papel na sociedade (*Correio Braziliense*, 23 NOV., p. 21, 1980).

Reivindicações de mulheres: inclui todos os enunciados que abordam as reivindicações das mulheres voltadas para o questionamento da sua condição de vida em diversas áreas, como o direito, a justiça, o poder, a participação política, entre outras. A característica aglutinadora desta variável é que os enunciados ressaltam a existência de conflito entre homens e mulheres, como no exemplo a seguir:

Centenas de prostitutas fizeram hoje de madrugada uma passeata, que passou defronte ao DOPS e ao Departamento Estadual de Investigações Criminais, pedindo justiça pela morte de Maria Regina Rezende, assassinada com injeção de curare pelo quintanista de Veterinária Dan Martin Blum (*Jornal do Brasil*, 22 set., p. 15, 1979).

Participação das mulheres nas lutas políticas: refere-se aos enunciados que mostram a participação das mulheres nas ações políticas do país. A especificidade desse tema é destacar a participação das mulheres em lutas políticas que não se referem exclusivamente à sua condição de vida, como é o caso das lutas pela anistia e pela democracia.

Depois de viver 11 anos na clandestinidade, “exilada dentro do meu próprio país, sem lenço nem documento”, a única sobrevivente da diretoria da UNE eleita em 1968 – seus companheiros morreram todos nas prisões – a ex-estudante de Direito Doralina Rodrigues de Carvalho, hoje com 31 anos, reapareceu no congresso da UEE-MG, em Ouro Preto, na semana passada, e, num inflamado discurso, disse que vai continuar seu trabalho nas bases operárias (*Jornal do Brasil*, 2 set., p. 14, 1979).

Participação das mulheres na esfera pública: reuniu os enunciados da atuação das mulheres na esfera pública em diferentes espaços, tais como encontros e congressos femininos, organizações comunitárias, movimentos sociais, sindicatos e mercado de trabalho.

Pela primeira vez desde a criação do Governo do Distrito Federal, foi admitida uma mulher como motorista oficial, concursada. Trata-se de Maria da Graça Conrado, dois filhos, residente na Ceilândia Norte e que já exercia a profissão há dez anos, como instrutora de auto-escola. (*Correio Braziliense*, 9 nov., p. 26, 1980).

Reconhecimento de direitos pelos outros: esse tema engloba os enunciados que abordam o reconhecimento de direitos pelos outros. Os “outros” aqui são entendidos como instituições formais, como o Estado (poder legislativo, executivo e judiciário), a Organização das Nações Unidas, além de pessoas que, na posição de gestores públicos em âmbito local, regional, nacional e internacional, reconhecem e apóiam as reivindicações das mulheres.

As mulheres francesas receberam ontem, do presidente François Mitterrand, a promessa de uma mudança na legislação em seu benefício, com a instituição de uma lei anti-sexista semelhante à já existente contra o racismo, além da garantia de acesso da mulher a todos os empregos públicos e da anulação, para efeitos fiscais, do conceito de “chefe de família”, função que poderá ser exercida por ambos os sexos. (*O Estado de São Paulo*, 9 mar., p. 21, 1982).

Produção cultural das mulheres: refere-se aos enunciados que tratam da produção cultural das mulheres no jornal, no rádio, na televisão, no cinema, no teatro, na literatura e outras artes.

Já se falou tanto do matriarcado no teatro brasileiro que qualquer referência ao fato se torna reiterativa. Mas não há como fugir a essa evidência. O verão teatral será quase totalmente dominado pelas mulheres. As atrizes ocupam avassaladoramente os palcos marcando posição feminina e deixando aos homens um papel de honroso coadjuvante (*Jornal do Brasil*, 9 mar, p. 2, 1984).

Participação das mulheres na esfera política: esse tema inclui os enunciados da participação das mulheres na política partidária, nos cargos eletivos municipais, estaduais, federal e internacional, incluindo também sua atuação nos partidos.

Um grupo de mulheres atuantes na política do país, representado pelas deputadas federais Mirtes Bevilaqua (PMDB-ES) e Júnia Marise (PMDB-MG) e pela deputada estadual Ruth Escobar (PMDB-SP), entre outras, recebeu ontem, do candidato da Aliança Democrática,

Para armazenamento e análise dos dados referentes a cada notícia, foi utilizado o programa de análise estatística *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS, que permite realizar cálculos estatísticos no domínio das Ciências Sociais. Conforme afirma Cunha (*apud* Lago & Benetti, 2007), toda coleta de dados implica um posicionamento teórico e uma categorização dos fenômenos observados, que pressupõem a atribuição de qualidades à realidade em estudo.

O SPSS é uma ferramenta que organiza dados para conhecer a sua magnitude. Antes de inserir os dados nesse programa, os enunciados foram interpretados e os critérios conceituais foram definidos. Nesse sentido, os dados aqui usados foram construídos e materializados em variáveis. Essa construção, contudo, não foi aleatória e está limitada pela evidência.

Os jornais *Correio Braziliense*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* foram escolhidos para a coleta da informação por causa de sua ampla circulação, além de sua preeminência em três grandes capitais brasileiras. Outra razão, esta de ordem muito prática, foi o acesso as suas edições na biblioteca da Câmara dos Deputados em Brasília, Distrito Federal.

O processo de coleta dos dados envolveu a consulta a todas as edições dos jornais, página por página, compreendendo os finais de semana e as da semana anterior e posterior ao Dia Internacional da Mulher (8 de março). Para organizar as informações obtidas com a leitura das notícias, a seleção e a classificação dos enunciados, foram definidos os indicadores para catalogar as notícias em conformidade com sua inserção jornalística. Sete indicadores foram usados para esse fim: Número da notícia, Título da notícia, Nome do Jornal, Ano da publicação, Mês, Página e Seção do jornal na qual a notícia foi encontrada.

Evolução da Mobilização das Mulheres Brasileiras no Espaço Público

A análise dos enunciados de mulheres e sobre as mulheres na imprensa escrita mostra que a participação das mulheres nos espaços políticos, como no resto dos espaços públicos, cresceu consideravelmente ao longo do período estudado. Isso evidencia que os jornais deram cobertura aos movimentos de mulheres, como também reflete a consolidação do amplo movimento feminista, que começou a se configurar no bojo da crítica ao militarismo e se firmou no final do período. Apesar da cobertura que mereceu a mobilização das mulheres, o destaque foi dado à crítica social que faziam contra o militarismo e não as inovações que o feminismo levava ao espaço público ao discutir as questões específicas das mulheres como, por exemplo, os direitos sexuais e reprodutivos.

A primeira observação a ser feita sobre a análise dos sete temas descritos anteriormente é que as proporções de cada um deles tende a decrescer do primeiro momento (1979-1983) do período, para o segundo (1984-1988), com exceção dos temas *participação das mulheres na esfera pública e participação das mulheres na esfera política*, que contrariamente aumentam.

Os temas analisados mostram uma insatisfação sentida e expressa pelas mulheres, no período da ditadura, bem como, durante o processo de redemocratização. No primeiro momento do período examinado,

as fontes da insatisfação abrangem tanto o desagrado perante a gestão dos governos militares, como a situação precária vivida por muitas mulheres brasileiras, sem que, entretanto, este último desagrado fosse claramente explícito, como o fora no segundo tempo. Os fragmentos do primeiro momento indicam que as reivindicações das mulheres desqualificam o governo militar por muitas causas, inclusive a ausência de políticas públicas para satisfazer suas necessidades específicas, de modo que aparecem nos jornais como enunciações que integram a crítica social geral. Já no segundo momento, a insatisfação observada refere-se apenas às condições sociais das mulheres brasileiras, expressa pela afirmação do feminismo e suas demandas para mudar o mundo.

Ao analisar os fragmentos de notícias de mulheres e sobre mulheres à luz das duas concepções relativas aos movimentos sociais³, foi observado que a rígida separação entre movimentos clássicos e novos movimentos sociais é de utilidade analítica. No entanto, essa separação não se verifica totalmente no movimento social de mulheres aqui examinado, já que os fragmentos de notícias sugerem que as mulheres envolvidas nos movimentos não somente tinham objetivos de participação e de poder, mas também se organizavam formal e informalmente nos dois momentos do período. Isso reflete a coexistência dos dois modelos de organização nos movimentos de mulheres: formal e informal.

O aumento das *organizações formais* do primeiro para o segundo momento indica que, na medida em que as mulheres passam a atuar nas instâncias sindicalistas, partidárias e nas organizações não-governamentais, a formalização, a burocratização e a hierarquização tendem a marcar mais fortemente a mobilização das mulheres.

A manutenção da incidência de *organizações informais* nos dois momentos do período sugere que uma parcela considerável do movimento de mulheres sempre adotou o modo de ação característico dos novos movimentos sociais. Possivelmente, essa parcela estava representada pelo movimento feminista e pelos movimentos de mulheres que aderiram aos seus princípios.

Diferentemente da mobilização de mulheres de perfil clássico, intensamente perseguidas pelo regime militar, a mobilização das mulheres que optavam por se organizar nos moldes dos novos movimentos tinha uma grande capacidade de subversão perante o regime profundamente autoritário e excludente do primeiro momento do período. Capacidade que certamente emanava de seu desinteresse pela tomada do poder e pela mudança dos padrões vigentes de distribuição da riqueza.

A análise dos enunciados mostrou que a participação das mulheres tanto nos espaços políticos como no resto dos espaços públicos cresceu consideravelmente ao longo do período estudado. Isso se evidencia nos jornais, que deram cobertura aos movimentos de mulheres. Os dados também permitem uma reflexão sobre a ampla consolidação do movimento feminista, que começou a se configurar no bojo da crítica ao militarismo e se firmou no final do período.

³ No artigo foram trabalhadas duas conceituações, denominadas, respectivamente, *modelo clássico* e *modelo dos novos movimentos sociais*, que sintetizam as discussões sobre o modo de abordar os movimentos sociais. O modelo clássico identifica os movimentos sociais como atuações revolucionárias ou mobilizações de massa que visam apossar-se do poder de um Estado antagônico. Os atores envolvidos nos movimentos clássicos se organizam de modo formal em partidos políticos, sindicatos e associações. O modelo dos novos movimentos sociais é baseado na criação de esquemas interpretativos que enfatizam o campo cultural. Sua preocupação está na forma como se criam as novas identidades. Os atores dos novos movimentos sociais estão organizados em redes informais locais, nacionais e até internacionais (Touraine, 1985).

Ainda assim, a análise mostra que os enunciados raramente se referem ao *feminismo* ou às *feministas*, o que sugere que esses dois termos parecem ser preteridos em favor de nomes pessoais, de associações ou de grupos. A omissão desses termos tampouco surpreende à primeira vista, mas sim quando se leva em conta que a função dos meios jornalísticos é divulgar o fato novo que cria, tanto dos acontecimentos como também dos atores sociais que os realizam. Neste caso, os acontecimentos são resguardados, mas os atores sociais parecem deliberadamente invisibilizados, revelando que o comprometimento da imprensa escrita com os preconceitos de gênero tradicionais lhe impede o desempenho efetivo de sua função. Esse preconceito pode ser visto como expressão de uma sociedade, a tal ponto androcêntrica, que passa a ser incapaz de perceber as mulheres enquanto promotoras de idéias e propostas.

Considerações Finais

O uso das notícias de jornal como base de dados possibilitou, sem dúvida, a visualização do crescimento da participação pública e política das mulheres, como também sua invisibilidade enquanto produtoras culturais, mas não autorizou fazer afirmações seguras sobre os movimentos de mulheres. Isto porque, embora a notícia seja uma forma de conhecimento dos acontecimentos, na medida em que deles não se pode descolar-se totalmente, ela também é um fato por si só, diferente do acontecimento por pertencer à ordem da linguagem e do discurso.

Os resultados da análise realizada não pretendem ser conclusivos. Porém, certamente estimulam a reflexão e abrem linhas de indagação importantes. A primeira delas é a percepção de que o feminismo não é apenas uma crítica cultural, mas, principalmente, uma produção cultural exclusiva das mulheres, na medida em que cria uma nova concepção sobre o mundo, fundamentada na equidade entre mulheres e homens e, por desdobramento, se não de prática, se estende a outras desigualdades. A segunda linha de indagação tem a ver com a ligação entre as crises sociais e a emergência e afirmação do movimento feminista em outros países das Américas, sendo a indagação central: em que medida outras crises sociais, diferentes do autoritarismo militar e da insurgência social por ele gerado, contribuíram para transformar reivindicações gerais em movimentos sociais de mulheres.

Uma terceira linha de indagação se refere à capacidade do feminismo, enquanto novo movimento social, de ter um impacto mais subversivo e efetivo, justamente porque sua legitimidade emana do seu desinteresse pela tomada do poder. Intimamente relacionada com essa linha de indagação, surgem interrogantes sobre a capacidade do feminismo de influenciar a definição das políticas públicas e o orçamento a elas garantido.

O artigo lança um olhar sobre a capacidade do feminismo de influenciar as ações institucionais, ao visualizar a resposta dada pelo Estado brasileiro ante as reivindicações feministas no período estudado, criando o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e garantindo, sem dúvida, com a Constituição de 1988, muitos direitos que até então tinham sido negados às mulheres.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, HANNAH. (1997). **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Florense Universitária.

AUSTIN, J.L. (1962). **How to do Things with Words**. Londres: Oxford University Press.

BOURDIEU, PIERRE. (1990). **Coisas Ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense.

FOUCAULT, MICHEL. (1972). **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

_____. (1999). **Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola.

CUNHA, I. F. (2007). O SPSS e os estudos sobre os media e o jornalismo. In: LAGO, C. & BENETTI, M. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes,.

TOURAINÉ, A. (1985). et. al. The study of Social Movements. In: **Social Research**, vol. 52, n. 4.
_____. (1984). **O Retorno do Actor**. Lisboa: Instituto Piaget.

Jornais

CORREIO BRAZILIENSE, Brasília: 23 set., p. 23, 1979.

CORREIO BRAZILIENSE, Brasília: 28 out., p. 13, 1979.

CORREIO BRAZILIENSE, Brasília: 7 ago., p.5, 1982.

CORREIO BRAZILIENSE, Brasília: 12 jan., p. 3, 1985.

CORREIO BRAZILIENSE, Brasília: 27 set., p. 4, 1986.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 2 set., p. 14, 1979.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 22 set., p. 15, 1979.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 3 dez., p. 2, 1979.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 11 out., p. 13, 1980.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 1 mar., p. 2, 1982.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 9 mar., p. 2, 1984.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 29 nov., p.2, 1987.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro: 11 set., p.8, 1988.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo: 1 nov., p. 22, 1981.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo: 9 mar., p. 21, 1982.

O ESTADO DE SÃO PAULO, São Paulo: 3 set., p. 38, 1983.